

3

3

MARÇO, 1976

CADERNOS

DCP

DEPARTAMENTO
DE CIÊNCIA POLÍTICA

FACULDADE DE FILOSOFIA
E CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

CADERNOS DCP

CADERNOS DO DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA

MARÇO DE 1976

N.º 3

Sumário

ARTIGOS:

SOBRE O "CORPORATIVISMO" E A QUESTÃO DO ESTADO

Guillermo O'Donnell 1

CRESCIMENTO EXPORTADOR, DESIGUALDADE E DIVERSIFICAÇÃO
ECONÔMICA: UMA COMPARAÇÃO ENTRE O BRASIL E A REPÚBLICA
ARGENTINA, 1860-1930

Roberto Borges Martins 55

O INSTITUCIONAL E O CONSTITUCIONAL

Fábio Wanderley Reis 107

REVISÃO DE RAYMUNDO FAORO

Francisco Iglésias 123

NOTÍCIAS 143

ESCREVEM NESTE NÚMERO:

GUILLERMO O'DONNELL, do Centro de Estudios de Estado y Sociedad (CEDES), de Buenos Aires, Doutor em Ciência Política pela Universidade de Yale.

ROBERTO BORGES MARTINS, professor do Departamento de Ciência Política, concluindo o Doutorado em Economia pela Universidade de Vanderbilt.

FÁBIO WANDERLEY REIS, professor do Departamento de Ciência Política, Doutor em Ciência Política pela Universidade de Harvard.

FRANCISCO IGLÉSIAS, professor do Departamento de Ciência Política e da Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG, Livre Docente em História pela mesma Universidade.

☆

As opiniões emitidas em artigos e comentários assinados são de responsabilidade dos respectivos autores.

☆

Endereço para correspondência:

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG
Rua Carangola 288, 3.º andar
30.000 – Belo Horizonte, Minas Gerais – Brasil

Revisão de Raymundo Faoro

Francisco Iglésias

Publicado em 1958, o livro **Os Donos do Poder**, de Raymundo Faoro, foi a revelação de um autor, inscrevendo-se logo entre os indispensáveis ao conhecimento do Brasil. Teve alguns comentários — raros, que não há crítica no país —, mas não a análise que merecia; pode-se dizer mesmo que conheceu alguma repercussão, o que não é regra em obras da qualidade da que surgia, sem qualquer concessão ou apelo à popularidade. Dada a modéstia do autor, avesso a aparecer e sem o mínimo de promocional, o livro fez carreira entre os estudiosos mais alertas, notadamente no mundo acadêmico: os professores de Ciências Sociais, que o incluíram entre as leituras básicas. Como esses professores são em número reduzido, que o quadro universitário nativo é convencional e pouco dado a leituras, a carreira não foi fulminante. Pouco a pouco, no entanto, era conhecido pelos especialistas, como se vê em sua frequente citação em quase todas as obras recentes. Há alguns anos estava esgotado, sem que se promovesse a reedição. Era de temer que se passasse com ele o mesmo que a outros, como José Maria dos Santos, Virgínio Santa Rosa, Barbosa Lima Sobrinho ou Victor Nunes Leal, cujos escritos **A Política Geral do Brasil** (1930), **O Sentido do Tenentismo** (1932), **A Verdade sobre a Revolução de Outubro** (1933) e **Coronelismo, Enxada e Voto** (1949), apesar da enorme significação que tiveram e têm, estavam longe do público, em aumento com a dinamização dos cursos de Ciências Sociais nas Universidades.

Tínhamos ciência de que Faoro pretendia reeditar o livro com muitas modificações, enquanto escrevia (ou acalentava) outro sobre a sua área — o Rio Grande do Sul. Enquanto o fato não se verificava, surpreendeu-nos com **Machado de Assis: A Pirâmide e o Trapézio** (São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1974), estudo sobre aspectos do romancista. Objeto de paixão — como se via em referências de **Os Donos do Poder** —, captou o que o escritor

revelava da sociedade brasileira; deve ter feito milhares de fichas sobre as condições sociais dos personagens ou situações ilustrativas do caráter estamental da organização; deu contribuição valiosa para conhecimento do ficcionista, mas falta o sentido de síntese ao livro, de modo que é um conjunto de dados para melhor situar o escritor e a História do Brasil do período, de certa camada e certa área. Cientista social dado às letras, compreende-se porque escreveu o estudo, antes material para um ensaio que a captação da obra e do autor. Em suma, trabalho de sociólogo, não de crítico literário.

Afinal, aparece a tão esperada reedição de **Os Donos do Poder – Formação do Patronato Político Brasileiro** (Porto Alegre / São Paulo, Editora Globo/Universidade de São Paulo, 1975), “revista e aumentada”, como é comum nos anúncios. Esta é de fato revista e sobretudo aumentada: de volume de 271 páginas, passa a dois grandes volumes que perfazem 750 páginas. A obra é triplicada. Em princípio, parece-nos elogiável o procedimento, revelador da constância na pesquisa e da insatisfação que leva a aprofundamento, reelaboração. Sempre nos chocou o caso de autores que não alteram seus textos: veja-se, por exemplo, Oliveira Viana, que mantém até nomes e datas errados, em atitude reveladora de vaidade intelectual, excessiva suficiência (como a de seu mestre Alberto Torres). Em nota preliminar da quarta edição, de 1938, de **Populações Meridionais do Brasil** (1.º volume) – que é de 1920 –, está a confissão pouco abonadora: “Este livro sai nesta quarta edição tal como na primeira. Não lhe modifiquei nada: não costumo alterar ou retificar o conteúdo de livros, que publico. Os erros, que porventura contenham, que os corrija a crítica dos competentes; ou o próprio autor, em novos livros. É de Durkheim o conceito: “Un livre a une individualité qu’il doit garder. Il convient de lui laisser la physionomie sous laquelle il s’est fait connaître”. A confissão é inaceitável, mesmo com o abono de Durkheim. Só a aceitamos para livros de criação literária que revolucionaram forma e conteúdo, num rebentamento de convenções, não em escritos de ciência.

Os analistas sociais brasileiros, felizmente, não seguem essa atitude, como se poderia exemplificar com muitos nomes. Se alguns mantêm em livros publicados há muitos anos páginas que não mais aceitam, é que foram marcos na formação de um pensamento crítico. O certo é a revisão: se o autor não tem tempo de fazê-la e reconhece que a obra pode prestar serviço como está, que a reedite com nota esclarecedora, ou que escreva que é “segunda tiragem” ou “nova impressão”. A permanência de equívocos até de dados (sem falar nos interpretativos) é injustificável.

Toda essa longa digressão provém do fato de que **Os Donos do Poder**, na versão de 1975, é três vezes maior que na de 1958. No prefácio o autor lembra Montaigne, que nega a quem escreve “o direito de alterar o texto de

um livro hipotecado ao público, mas justifica suas infidelidades com o enfaista – “J’adjuste, mais je ne corrige pas”. Se sua tese agora é a mesma anterior, a forma “está quase totalmente refundida” (p. XIII). Depois de examinar o texto de Faoro, gostaríamos de questionar o destino que o autor lhe deu. Pode parecer impertinência a observação, uma vez que ele lhe pertence. Se o fazemos é pelo respeito e até culto por obra que tanto marcou nos desperta desde seu aparecimento. O livro não é só de quem o escreveu, mas ponto de referência na produção científica, notadamente na historiográfica.

O AUTOR

Raymundo Faoro ilustra mais uma vez a melancólica verificação que já é lugar comum de que a melhor historiografia entre nós não se deve a historiadores, mas a sociólogos, cientistas políticos, economistas. Homem de formação em Escola de Direito, cuidou e cuida de sua especialidade. Quando jovem, cultivou a literatura, integrando o grupo que fez a revista **Quixote**, em Porto Alegre, no longínquo final dos anos quarenta. Como as revistas do gênero que se prezam, era de contestação, comprovada com o lema a que se dispunha – a frase de Unamuno “vamos fazer uma barbaridade”. A revista teve curta existência, como também é norma e o grupo se dispersou. O escritor se manteve fiel ao estudo, dedicando-se à ciência social, o que o levou a escrever **Os Donos do Poder**, sem desconfiar que produzia algo importante. Não abandonou a literatura, pois no que publica há alguém que sabe escrever, com segurança e estilo. E dedicou volume a Machado de Assis, revelador de gosto refinado.

Quem tiver de catalogar o livro não hesitará em colocá-lo na seção de História. É eminentemente obra de História, não só pelo estudo do processo evolutivo como pela sensibilidade na captação do tempo. O curso jurídico levou o autor à História Política, que é feita com pleno conhecimento do social, do econômico. O domínio do Direito, superiormente entendido – o que é raro –, dá rigor às suas colocações. Não cultiva profissionalmente a História, mas tem o seu exato sentido e a erudição que lhe dá a leitura. Se já era claro esse aspecto na primeira edição, bem mais o é agora. O aparato do que é básico na historiografia brasileira (ou universal, de interesse para o tema) aparece no texto. Observe-se que não fez pesquisas arquivísticas, as raras fontes primárias que usa estão em livro. Não é historiador no sentido convencional, de quem busca e revela documentos desconhecidos, mas encontra nos livros o que os autores não perceberam de modo que sua História Política é superior à de quem tinha o dever de fazê-la. As dezenas de títulos citados são

elaborações: fontes primárias há pouco — discursos, memórias ou estudos de políticos, alguns relatórios de ministros.

Quando se consigna o fato não se deseja desmerecer o escritor: ao contrário é mais um elemento a demonstrar sua lucidez, de quem sabe descobrir o que é significativo. Na vasta produção nativa, de valor desigual, encontrou as informações. Soube fazer a organização de suas leituras e contribuiu com idéias próprias. Nem sempre é original, é claro, que grande parte do que diz é inspirado por algum antecessor, mas dá a sua nota, como se ver. O importante é que percebeu o essencial e teve um instrumento de interpretação, dado menos pelo Direito que pela Sociologia. O principal para configurar sua visão do processo é de Max Weber, sobretudo o de **Economia e Sociedade**. O conceito de que mais se serve é o de estamento burocrático, em conotação weberiana, pois o cientista alemão foi quem mais trabalhou com as categorias estamento e burocracia. Mais, o interesse pelo poder, dominação, racionalidade, idéias que preocuparam aquele estudioso. Ele é que dá o arcabouço, enriquecido com o de outros intérpretes da realidade social, notadamente juristas, políticos. A nova edição aumenta esse elenco, embora sem alterar a substância, como será acentuado.

OS DONOS DO PODER

O livro trata da “formação do patronato político brasileiro”. Ao longo de dezesseis capítulos, desdobra-se processo que começa com o Estado português e se encerra com a síntese de seis séculos. Tem-se, pois, em três capítulos, o quadro político português; depois, três capítulos sobre a colonização, com os cinquenta primeiros anos, a centralização e os traços gerais da vida administrativa, social, econômica e financeira; um capítulo sobre a Independência; quatro sobre o Império; três sobre a República, culminando com a visão do conjunto. Agora, com dezesseis capítulos, era de apenas quatorze: é que dois são novos, sobre o período republicano, que é bem acrescido, constituindo-se em um terço da obra (231 páginas em 750); quando antes era bem menos de um décimo (19 páginas em 271). Antes continha 140 notas, hoje 1.335.

Se, como diz, “a tese deste ensaio é a mesma de 1958, íntegra nas linhas fundamentais, invulnerável a treze anos de dúvidas e meditação”, a forma é que está refundida. Explicando-se, por certo pela crítica feita antes, escreve: “advirto que este livro não segue, apesar de seu próximo parentesco, a linha de pensamento de Max Weber. Não raro, as sugestões weberianas seguem outro rumo, com novo conteúdo e diverso colorido”, como também “se afasta do marxismo ortodoxo” (que nunca lhe apontaram, supõe-se). Os clássicos

da ciência política, antigos e modernos, estão “relidos num contexto dialético” (p. XIII). O certo é que a obra de hoje é a mesma de 58, só mais elaborada e explicitada. Assinalem-se como virtudes a extraordinária erudição, o conhecimento de ciências sociais que lhe dão instrumental interpretativo e certa originalidade de vistas, cujas “hipóteses e conjecturas”, segundo o próprio autor, estão “em aberta rebeldia aos padrões consagrados” (p. XIII).

A tese essencial é que o Estado foi sempre onipresente no Brasil, empolgando a vida em todos os aspectos. Que o particularismo ou privatismo, tão acentuado por certos autores, que falavam mesmo em sistema feudal (idéia dominante até o surgimento da historiografia econômica — aspecto que não é devidamente realçado pelo autor, a nosso ver, pois só o refere em nota sem comentário à p. 137), não é sustentável, pois já em Portugal não havia feudalismo, como esclareceu há muito Alexandre Herculano. Formou-se a força expansionista em decorrência de um “capitalismo politicamente orientado”, de modo que a obra de conquista não foi uma aventura, mas trabalho conduzido pela razão com vistas ao lucro, dentro de um plano. Faoro segue, em linhas gerais, a conhecida opinião de Antônio Sérgio, embora não o cite nas passagens mais incisivas do historiador português, que constam da conferência **As Duas Políticas Nacionais**. A colonização é feita pela Coroa, através de comerciantes e agentes do capital, cooptados pelo governo e que constituem o grupo dominante — o estamento burocrático. Afasta, para reforçar a idéia, a imagem da “monarquia agrária”, que usara na primeira edição, bem difundida entre autores portugueses (João Lúcio de Azevedo, por exemplo), mas já criticada por Antônio Sérgio (o que não é referido aqui — **Em Torno da Designação de “Monarquia Agrária” Dada à Primeira Época de Nossa História**, Lisboa, 1941). Transpõe-se para o Brasil toda a máquina política em função desse capitalismo orientado, pois o que vai ter exercício é o estamento burocrático. Nega-se a possibilidade do feudalismo — tese firmada pela historiografia econômica, que mostrou a economia com vistas ao exterior, comandada pelo exterior, o Brasil integrado no sistema capitalista que adquiria vigor exatamente na época. É a nota econômica que explica o processo colonial e esta é de tipo capitalista: traços de privatismo na organização interna não constituem a nota mais importante.

O quadro se altera um tanto com a vinda da Corte, em 1808 — são “os pródromos da Independência”. Instala-se no Brasil a máquina política, a Corte em sua quase totalidade transmigra. Se o sistema político tentado nas cartas de doação de 1534 e sobretudo na experiência centralizadora já representava transplantação do Estado, agora é que se completa o movimento. O que é grave é que, feita a Independência, o Brasil herda esse arcabouço, que tem muito de obsoleto: já retrógrado em Portugal, mais estranha é sua manutenção em

outra terra e em novos tempos, em nação que se constitui com diferentes características. O descompasso entre a estrutura administrativa e a realidade da terra e do século se acentua, realçando o anacronismo das instituições. É idéia que aparece em quantos estudaram a trajetória do país: lembre-se, de passagem, que ninguém o fez com mais energia que Azevedo Amaral no capítulo "O colapso do primado econômico", de *A Aventura Política do Brasil*, de 1935 (livro que não é citado aqui: do publicista que aos poucos vai sendo redescoberto só usa *O Estado Autoritário e a Realidade Nacional*, em duas passagens — p. 668 e 699), em que chega à conclusão — "em 1808 começamos a nossa descida aos infernos, onde até hoje nos encontramos". Passagem que ficaria bem em citação neste texto. Azevedo Amaral coloca o problema do que seria o Brasil sem a vinda da Corte, a seu ver desvirtuadora do destino nacional, em curioso exercício da agora tão praticada "história conjectural" ou "counterfactual History".

Continuando: organiza-se a nação, constitucionalmente. Após o breve reinado de D. Pedro I e a fase tumultuada da Regência, torna-se alerta a consciência conservadora, que coerentemente reorganiza a nação, no fortalecimento do poder que leva à relativa estabilidade do Segundo Reinado, com o reforço do estamento burocrático. Feita a República, em movimento que vem de longe, impõe-se o governo militar. É fase breve, logo seguida pela retomada do poder pelo civil e o esplendor das oligarquias com a "política dos governadores", de federalismo que se consagra — velha aspiração da Regência e doutrinários do Segundo Reinado. A prática desvirtuada comprometeu o sistema, agravando o divórcio entre o país real e o país legal, como acentuaram Alberto Torres, Oliveira Viana, Azevedo Amaral e tantos outros. Em decorrência, o estamento burocrático conhece relativo crepúsculo ou é mesmo banido ou escorraçado (p. 631, 653) — o mais sensível de toda a vida do Brasil. Há protestos constantes contra o desvirtuamento republicano, que se traduzem em lutas sucessivas, que culminam em 1930. Se a data é uma virada na História, com o fim da República Velha, segue-se período de incerteza, até 1937, quando o Estado Novo leva à plenitude o poder forte. Ressurge o estamento burocrático, que não vai desaparecer depois. Talvez até se fortaleça, como se vê com as modernas técnicas de governo e política, que negam o liberalismo e defendem e executam o planejamento e a intervenção.

Apanham-se, em síntese, as vicissitudes da trajetória, de D. João I (fim do século XIV) a Getúlio Vargas. A política é vista como totalidade, com seus aspectos sociais e econômicos. Se poderia haver um pouco mais de vida intelectual e pregações ideológicas, o panorama é rico e bem explicativo. Contribui para tanto a erudição do analista, como sua capacidade de captar o essencial e qualidades de escritor. Algumas teses básicas merecem destaque.

ONIPOTÊNCIA DO ESTADO

Consigna-se a supremacia do Estado em toda a vida brasileira. Já o era no governo português desde a dinastia de Avis, que se entrega às navegações. Como têm assinalado os estudiosos, o expansionismo não resultou de uma aventura, mas de plano objetivo para satisfazer interesses do grupo dominante na nação quando assume a Coroa D. João I. Como na tese consagrada de Antônio Sérgio, esse grupo, opondo-se à política de fixação — agrícola, voltado para dentro, nuclear —, entrega-se ao transporte — comercial, voltado para fora, periférico —, começando em 1415, na conquista de Ceuta. Faoro incorpora a idéia, ao afirmar: "o Estado torna-se uma empresa do príncipe. (. . .) Estão lançadas as bases do capitalismo de Estado, politicamente condicionado" (p. 21).

Realizada a expansão, os elementos que se envolveram nela, pelo comércio, são aos poucos nobilitados e negam sua origem. Os antigos preconceitos contra as atividades mercantis ou o empréstimo de dinheiro levam ao que o ensaísta escreve: "a discrepância entre a prática e o pensamento infunde a suspeita de hipocrisia, nas camadas dominantes, encharcadas de ideais éticos e com os pés afundados na mercancia" (p. 62). Expressão da época é o Direito que se organiza: "o Direito português, precocemente consolidado, tem o mesmo sentido: servir à organização política mais do que ao comércio e à economia particular. Articulou-se no Estado de estamento" (p. 64). Daí o equívoco que vai aniquilar a conquista: "o Estado, envolvido por uma camada de domínio, um estado-maior de governo, o estamento de feição burocrática, se alimenta de uma classe comercial, que ele despreza e avilta. (. . .) O comércio enriquece, o estamento consome senhorialmente" (p. 75).

O resultado é que o grupo dinâmico que iniciou a empresa se esgota em uma burocracia de estilo antigo, apegada a cargos e sem racionalidade, de modo que a riqueza trazida não frutifica. Passa por Lisboa e se distribui pelos países que a consomem ou fazem tráfico com ela, sem nada criar em Portugal. Os grandes beneficiados são os que levam os produtos a quem vai consumi-los, não os portugueses, mas ingleses, holandeses. Portugal realiza o esforço maior, o lucro vai para quem tem sentido do negócio — a chamada mentalidade burguesa, em que se distinguem outros. O capital aí gerado e acumulado vai ser a base da prosperidade de certas nações, enquanto Portugal — como a Espanha — se resume a obras suntuárias e consumo conspícuo, sem qualquer investimento reprodutivo. Já em meados do século XVII os iberos estão no segundo plano a que os relegou a inépcia econômica, do qual nunca mais saíram. A nação não se adequou aos padrões modernas, pagando caro por suas veleidades aristocratizantes. Como diz Faoro, incorporando análise que se

encontra em Antônio Sérgio ou em historiadores como Sombart e Tawney, “enquanto o mundo corre o seu destino, a Península Ibérica”, mesmo túrgida com as colônias americanas, para as quais transferirá sua herança política e administrativa, esfria e se congela” (p. 85). Vê a culpa no “arcaísmo da estrutura social — o patrimonialismo que floresce na sua criatura, o estamento” (p. 88), objeto do Capítulo III (p. 73/96), no qual há o uso do conceito de barroco à maneira de Spengler, não só para a arte como para a política (p. 76), uma das liberdades sedutoras mas discutíveis do escritor alemão. É o divórcio entre o que é vital no país — a economia — e a cúpula administrativa, que deseja honras, com títulos ou postos, responsável pela sua ruína e precário florescimento de suas colônias, que se perdem no imediatismo do ganho e não têm política eficaz. Como se vê no Brasil, que “tal como a Índia, seria um negócio do rei, integrado na estrutura patrimonial” (p. 107), no começo “do drama da dependência” (p. 108).

Se “a colonização foi obra do Estado, no contexto do capitalismo comercial, politicamente orientado” (p. 111), é absurdo falar em feudalismo. A análise de Faoro é feliz, valendo-se dos elementos que lhe dão os historiadores da economia, a começar com Roberto Simonsen na *História Econômica do Brasil*, de 1937. O Brasil das Capitâneas, nos primeiros decênios, é do estamento que o dirige, mas “o rei estava atento ao seu negócio” (p. 133), apesar de não poder dominá-lo pela distância e extensão das terras. Impõe-se logo a centralização, em 1548, quando a burocracia é mais presente e rígida. Se “o capitalismo português se entrosara, nos primeiros cem anos de exploração da costa brasileira, com o latifundiário e o senhor de engenho” (p. 150), após a expulsão do holandês e a recuperação da independência de Portugal, em 1640, “inaugura-se a partir deste momento (. . .) a centralização repressiva, que o regime das minas, na virada do século, iria consolidar, ferreamente. (. . .) A passividade complacente da metrópole diante das Câmaras Municipais, frente aos caudilhos rurais, chega ao fim bruscamente” (p. 150).

Há aí relativa revisão do texto primitivo, que não é consignada pelo autor. Antes já lembrara o ano de 1650 para esse fato, mas frouxamente (p. 74, ed. 1958): fala então “em duas fases da política real: o primeiro, o estímulo franco, depois a simples transigência, suportando os arranhões da autoridade. Chegaria o terceiro momento, por volta do fim do século XVII, de aberto desentendimento, com o conflito entre a voracidade fiscal da Coroa e a privatização do poder dos potentados” (p. 77, ed. 1958). O autor vincula a nova política à riqueza do nordeste e das minas, mais evidenciada com a guerra dos Mascates e a dos Emboabas, em Pernambuco e Minas, nos últimos anos da primeira década do século XVIII, quando se impõe a necessidade de governo firme, aumento do funcionalismo fiscal e militar para garantir a Coroa contra os

senhores rurais. A tese, na verdade, é de Caio Prado Junior, em *Evolução Política do Brasil*, mas não lhe é atribuída no texto de 1958. Agora, quando a revê ou a matiza, é que faz a atribuição, como se dá às pp. 150 e 152 (notas 20 e 26).

Parece-nos interessantes a idéia, que devia ser mais matizada ainda: o certo é que o estímulo à caudilhagem continuou, como se vê no incentivo aos paulistas às bandeiras e só desapareceu quando da revelação do ouro, no fim do século. A máquina administrativa, mais forte em Minas que no resto do Brasil, é mesmo posterior ao episódio emboaba, de modo que, em certo sentido, preferimos a versão anterior, mais contudente na afirmativa. Instala-se a burocracia, o que não significa, é claro, o fim do domínio de forças privadas, como se vê — para ficar só em Minas, principal área da época — na sedição de Vila Rica, de 1720, reprimida pelo poder, como em luta constante ao longo de todo o século XVIII: contestações de portugueses e brasileiros, de padres e funcionários simples, até de governadores (caso de Antônio de Noronha às ordens do Marquês de Lavradio) e suas lutas com os governos do Rio e São Paulo, evidenciadas por Dauril Alden em *Royal Government in Colonial Brazil* (1968, p. 208-10 e 383-6). O clima de disputas de potentados continuou, só que sem o estímulo da Coroa. A fixação de data para o seu fim, como é feita, tem algo de arbitrário. Veja-se o cenário de lutas em Minas, de exercício de privatismo, como está no capítulo “Motins do sertão”, da *História Média de Minas Gerais* (1918), que Faoro não cita (lembra apenas a *História Antiga*, menos expressiva para o caso).

Nem podia ser de outro modo, que o território era amplo demais para que a autoridade se exercesse plenamente. O próprio autor, na nova edição, como que volta à tese anterior — no que está certo, ao lembrar as lutas de Borba Gato com o agente régio Rodrigo Castel Blanco, o internamento do caudilho pelos sertões e depois o seu indulto: “o episódio, agravado com a abertura das minas, encerra uma fase” (p. 162). E continua: “até agora os bandeirantes foram auxiliares do rei, tolerados os arranhões na autoridade régia, com os olhos fechados à turbulência dos sertões” (p. 162). Vê no governo de D. Pedro de Almeida, de 1717 a 21, “o ponto extremo da virada de rumo” (p. 162), o que é certo. A passagem coloca um problema que é comum entre historiadores, sempre atraídos pelas origens como pelo encerramento de fases, o que os leva a artifícios, como assinalou com, justiça Marc Bloch ao falar que “cette idole de la tribu des historiens a un nom: c’est la hantise des origines” (*Apologie pour l’Histoire*, 1962, p. 5). As datas para o começo ou fim de uma classe ou sistema político são sempre temerárias, mas o historiador, dominado pela temporalidade, é tentado a fixá-las, caindo muitas vezes em ciladas, mesmo os que são mais cautos, enquanto os outros até sucumbem.

Como reparo teríamos a encampação da tese de Jaime Cortesão sobre a ocupação do Brasil pelos penetradores paulistas e outros como um plano previamente fixado e rigorosamente seguido, o mito da Ilha Brasil envolvida pelo Oceano e os rios da Prata e Amazonas, tese que considera “fascinante e bem alicerçada” (p. 157). Fascinante é, sem dúvida, mas alicerçada em mito, como é comum na historiografia portuguesa, mesmo em um autor da categoria de Jaime Cortesão. Como é discutível também “a economia barroca do tempo” (p. 154), sugerida por Frédéric Mauro e que é sem mais aceita.

O Brasil colônia é patrimônio do rei, que o dirige pelo estamento burocrático, que se excede e até se sobrepõe ao monarca, no furto e na transigência das normas (p. 171 e ss.). O povo não contou nunca, nem mesmo através das Câmaras, de formação por grupo reduzido e recrutamento limitado de representantes: ninguém mais duvida hoje que não desempenharam papel marcante, ao contrário do que já se afirmou sem base. O povo foi sempre uma ficção (p. 202). Expoliado em tudo, ainda serviu e serve para lemas políticos, em mais um uso que se faz dele, que todos os que se arvoram em chefes ou participam de política o invocam. Bem consignou Capistrano de Abreu, em carta de 16 de julho de 1920 a João Lúcio de Azevedo, que ficaria bem em *Os Donos do Poder*: “a mim preocupa o povo, durante três séculos capado e recapado, sangrado e ressangrado” (*Correspondência*, II, p. 166).

Com a vinda da Corte para o Brasil, a fisionomia do país se transforma. Do ângulo político, passa a sede do Império. Com o poder mais próximo, ampliam-se suas vantagens e exigências, aumentam suas atribuições. D. João arma todo um governo, com a transferência do conjunto administrativo, mesmo de órgãos de mínima funcionalidade, para emprego de círculo parasitário. O quadro externo e interno torna fatal a independência. O problema é organizar a nação. O que é feito em nome do liberalismo, que começa por uma Constituição que dá ao país a fisionomia moderna, em consonância com as idéias da época. O paradoxo é curioso: regime pretensamente liberal fundado na escravidão e que, pela própria lei, exclui o povo quase todo. Na verdade é a figura real que é o centro, como Poder Moderador — é “o chefe do estamento” (p. 454). Sua autoridade vai exercer-se em plenitude no Segundo Reinado. O poder continua sendo o Estado. Sem atuação direta na vida econômica, por certo é o seu agente, pois é a ordem financeira, por ele comandada, que a condiciona. O governo dirige a vida política: “o governo tudo sabe, administra e provê” (p. 393).

Na República a realidade aparece com dissimulação: prega-se e adota-se o federalismo, que é logo distorcido, primeiro pelo poder dos presidentes-marechais, depois pela “política dos governadores”, momento máximo da concilia-

ção na história nacional, em que os grupos dominantes se acomodam, transacionam com o sacrifício total do povo. É o desvirtuamento do regime, pela plenitude das oligarquias no coronelismo. O Estado continua o grande agente, pois a situação financeira é difícil com políticas antitéticas como a de certa liberação do crédito no princípio da República e logo, em 1898, a deflação. As crises de café impõem o intervencionismo na economia, consagrado desde 1906 e que conduz às práticas de valorização. Fala-se em liberalismo, mas os produtores pedem e obtêm amparo oficial de vários tipos: assim foi sempre, pois, como escreve Faoro, “a iniciativa privada protegida (é) modalidade brasileira do liberalismo econômico” (p. 677). Depois de 1930, sobretudo, a ação pública é cada vez mais nítida, até, o Estado empresarial que começa em 37 e não mais se detém, como se vê em período que já está fora da análise, quando atinge formas acentuadas, com os planejamentos e o esplendor do capital financeiro: “o regime adotado define um tipo de economia politicamente orientado” (p. 722), tal como existiu em Portugal desde o século XV e no Brasil desde os primeiros tempos. De D. Manuel a Getúlio Vargas ou a autoridades mais recentes a política é, em linhas gerais, a de tudo subordinar, o Estado impondo-se sobranceiro a todas as forças. A análise dos dias atuais comprovaria mais ainda a tese, quando o Estado se torna agente econômico, empresário, ou atua nas promoções de economia mista e até nas iniciativas privadas, que de fato inexistem sem seu amparo direto ou indireto, flagrante ou dissimulado.

O ESTAMENTO BUROCRÁTICO

Trata-se de conceito básico para a compreensão da obra, uma vez que a percorre da primeira à última página. Do antigo Portugal a nossos dias, no entender do autor, cabe ao estamento burocrático a direção dos negócios, o papel decisivo; como o Estado é o centro de tudo, esse grupo é o principal. Se o poder é o Estado, quem o personifica é a classe dirigente. Antes de assinalar como o fato se apresenta, lembre-se que o conceito é bastante fluido, de difícil apreensão. Os estudiosos de Ciência Social falam em casta, estamento, classe, mas o exato sentido de cada palavra está longe de ser unívoco, exceto o de casta; a discussão de classe já consumiu centenas de títulos, sem que se chegasse a consenso. O estamento é ainda mais difícil e não há página sobre ele que prime pela clareza.

Faoro usou-o em 1958: se não foi o primeiro no Brasil, ninguém o fez com tanta extensão, nem mesmo depois. Sabe-se que a fonte foi Max Weber, notadamente *Economia e Sociedade*, de intenção definidora de conceitos. O leitor comum de *Os Donos do Poder* ficou bastante confuso e apenas suspei-

tou do que se tratava, que a idéia não era suficientemente explicitada. Ela o é bem mais na nova edição, mas a verdade é que ainda pode deixar dúvidas. Já outros autores falam frequentemente em estamento, como Florestan Fernandes. Tese recente — *Castas, Estamentos e Classes Sociais*, de Sedi Hirano (São Paulo, Alfa-Omega, 1973) — tenta esclarecer o problema e o faz na medida do possível. O certo é que a palavra continua sem rigor. Quando bem apreendida e usada tem a sua operacionalidade, como se lê em Florestan Fernandes e Raymundo Faoro. Daí a tentativa de explicitação que é mais constante agora, certamente determinada pelas muitas observações quanto ao texto anterior. Deve-se lembrar que o cientista social mostra que o conceito aparece não só em Weber, mas nos principais estudiosos da realidade: está em Marx, por exemplo, embora não se percebesse pelos equívocos de tradutores, que o ocultavam ou falseavam em francês, espanhol, inglês, português, traduzindo-o por classe, ordem ou até casta. É louvável o esforço de tratar a vida social com rigor, mas o certo é que ainda se está longe do objetivo, como se vê na bibliografia brasileira ou na estrangeira (lembre-se, entre centenas de títulos, *Poder Político e Classes Sociais*, de Nicos Poulantzas, de amplo uso no Brasil). Em nota, Faoro relembra que a palavra estamento foi “incorporada ao português por via do espanhol, derivada de mesma raiz da palavra Estado (. . .), sugerida na sociologia moderna por Max Weber. (. . .) A tradução (. . .) causa algumas perplexidades.” Depois de mostrar como o problema se apresenta com ambiguidades em francês e inglês, diz que para Marx e Engels “a burguesia moderna, atualmente uma classe, gerou-se do estamento. (. . .) Clara, para eles, a distinção entre classe e estamento, que depois se esfumou, em grande parte devido à perplexidade dos tradutores franceses e de língua inglesa, por meio dos quais, no Brasil se cultivou o pensamento sociológico” (p. 68-9). Entende-se a dificuldade, que “Stand” é traduzido por estado, classe e até casta. Seria de fato clara a distinção de classe e estamento em Marx e Engels? Falta-nos conhecimento para afirmar qualquer coisa, mas parece que não o é, tanto que os tradutores de todas as línguas se confundem.

Em Faoro a palavra aparece pela primeira vez — e será usada dezenas ou centenas de vezes — no segundo capítulo, em que estuda a Revolução portuguesa e mostra o caráter patrimonial do Estado, já real desde os primeiros tempos da dinastia de Avis, que se impõe a contar de 1385: “esta corporação do poder se estrutura numa comunidade: o estamento” (p. 45). E o autor passa a discutir: “ao contrário de classe, no estamento não vinga a igualdade das pessoas. (. . .) Os estamentos florescem, de modo natural, nas sociedades em que o mercado não domina a economia, a sociedade feudal ou patrimonial. (. . .) Na sociedade capitalista, os estamentos permanecem, residualmente, em virtude de certa distinção econômica mundial, sobretudo nas nações não inte-

gralmente assimiladas ao processo de vanguarda. (. . .) Os estamentos governam, as classes negociam” (p. 46-7). Em vários outros pontos volta à tentativa de esclarecimento (p. 203, por exemplo). É essa visão que se ilustra no livro que Faoro dedicou a Machado de Assis (*A Pirâmide e o Trapézio*), em que se mostra no primeiro capítulo como a sociedade descrita pelo romancista — a segunda metade do século XIX — é a de “classe em ascensão (que) coexiste com o estamento” (p. 4). O período evidencia como “a velha sociedade de estamentos cede lugar, dia a dia, à sociedade de classes” (p. 5). Na obra machadiana encontra exemplos de todas as possibilidades, desde o Imperador e ministros, aos fazendeiros e funcionários, sacerdotes e militares, cocheiros e operários e escravos.

Com o expansionismo português, se o comerciante e o financista são agentes, como a iniciativa e o controle são do poder público, “o Estado se incha de servidores, que engrossam o estamento” (p. 58). A empresa, comercial e de fins lucrativos, acaba em honrarias e títulos, que a subvertem, negando mesmo o seu sentido. Floresce em Portugal o funcionalismo, forma-se o Direito. Ele exprime o estamento burocrático que se apodera da nação, da qual é o servidor e agente. O Brasil será comandado por essa ordem, em que tudo é feito por e para minoria, beneficiada pelo esforço geral e que sacrifica os demais grupos. O trabalho da colonização, em que o povo produz sob um governo forte que o subjuga e dele retira todos os proveitos, exprimirá o patrimonialismo português. A administração da Colônia dará continuidade ao que se estabelece na Metrópole; o estamento burocrático vai dirigi-la, para, através da exploração econômica, conservar a posse. Forma-se uma sólida atividade produtiva que se integra na grande economia da época, no incipiente capitalismo no qual será um dos fatores notáveis. A acumulação de capital terá aí uma de suas fontes, que, pela característica do Estado português, descontraído com o sentido novo da mentalidade burguesa, vai favorecer antes os grandes centros distribuidores de mercadorias, como a Inglaterra e os Países Baixos. Sob governo centralizador, instala-se no Brasil a máquina administrativa, que terá de sofrer refrações. O sentido é a unidade, mas as distâncias e terras dilatadas dificultam e até impedem o exercício do poder público, como se assinalou.

A autoridade no Brasil é o funcionalismo, o detentor do cargo, que “congrega, reúne e domina a economia” (p. 174). Teoricamente, porém, que na prática muito lhe escapa, que a administração é ainda insegura. O país era grande demais para ficar sob vigilância. Faoro estuda em minúcias os “traços gerais da organização administrativa, social, econômica e financeira da Colônia” (Capítulo VI), embora, a nosso ver, não relativize o papel das autoridades, tolhidas por fatores de toda ordem, desvios vagamente referidos ao falar

no rei e sua sombra — o funcionário —, com a sombra às vezes excedendo a figura (p. 171). A própria chefia, longe do centro do governo, entrega-se à busca de bens pessoais, transgredindo normas que devia obedecer e implantar. Bem que Vieira escrevia em 1655 — “neste Estado há uma só vontade e um só entendimento e um só poder, que é o de quem governa” (p. 202).

Com a vinda da Corte em 1808 parece ao autor que há “a passagem do empresário exportador para o senhor de rendas e produtos” (p. 246). Mais: “o comércio, fortemente vinculado ao estamento governamental, perde a absoluta supremacia nas fazendas” (p. 248). Entretanto, a Corte vai consolidar o estamento burocrático, uma vez que a máquina do Estado se transfere com o imenso funcionalismo. Arma-se estrutura administrativa que tem muito de inoperante e vai ser conservada no Brasil independente. Começa o prestígio dos grandes proprietários, que afluem ao Rio de Janeiro e às cidades para ocupar cargos. Os títulos e comendas passam a ser distribuídos com larguesa, configurando o prestígio dos proprietários. Como diz Faoro, “uma ordem metropolitana, reorganizada no estamento de aristocratas improvisados, servidores nomeados e conselheiros escolhidos, se superporia a um mundo desconhecido, calado, distante” (p. 288-9). O que é mais evidente com a reação centralizadora e monárquica do Segundo Reinado.

Não é fácil, porém, localizar o que é o estamento burocrático ao longo do período. Parece-nos que há certo abuso da expressão: qual o exato sentido de dizer que o parlamentarismo nativo é de caráter estamental, como está na p. 321? Ou que os Partidos do Império são “estamentalmente autônomos” (p. 343)? A afirmativa de que o Estado “se reequipa para as funções de condutor da economia, com o quadro de atribuições concentradas no estamento burocrático, armado em torno do Senado, dos partidos, do Conselho de Estado e da política centralizadora” (p. 329) não tem poder explicativo. O autor ajuda a esclarecer quando evidencia a presença da magistratura na vida pública, com sua maioria nos órgãos principais (p. 366, 372, 377, 383). Afirmar que o domínio da magistratura nega o dos proprietários de terras (p. 383) parece-nos passível de dúvidas, pois os magistrados muitas vezes são também fazendeiros ou filhos ou genros de fazendeiros, no conhecido processo de o rico senhor mandar o filho para a Academia para que seja um letrado: o jovem não se adapta mais à vida rural nem é ali desejado, que para a função pública se formou. O fato de ser juiz, magistrado de vária graduação, político no Executivo ou no Legislativo, não nega a origem e os vínculos com os interesses da terra.

Em síntese, para o autor, “sobre as classes que se armam e se digladiam, debaixo do jogo político, vela uma camada político-social, o conhecido e tenaz estamento burocrático nas suas expansões e nos seus longos dedos” (p.

387). A citação de José de Alencar, nas conhecidas *Cartas de Erasmo*, é fundamental: “a nossa aristocracia é burocrática” (p. 389). Daí Faoro poder afirmar que “o patronato não é, na realidade, a aristocracia, o estamento superior, mas o aparelhamento, o instrumento em que aquela se expande e se sustenta” (p. 390). Não fica bem claro o que é estamento burocrático ou estamento político, pois às vezes se fala em estamento político que não é burocrático (p. 414), “estamento governamental” (p. 248), em “velho estamento” (p. 418) — é o burocrático? —, ou “o velho estamento, congelado no Senado e na vitaliciedade” (p. 431). Pelo texto no conjunto, os dois parecem a mesma coisa, mas a matéria não é explicitada. Como não é também a existência de níveis no estamento burocrático: afinal, o Exército não é parte dele? No entanto se fala, a propósito do episódio de 1868, no “primeiro sintoma (...) de incompatibilidade da ordem estamental monárquica com o Exército” (p. 446). Que é anterior, como se vê no que diz da Guarda Nacional, em 1831: “o Exército torna-se um grupo profissional vigiado, perante o qual se arma o estamento” (p. 471) — o que então o exclui. Outro aspecto importante e que só aparece, segundo o autor, no fim do Império e princípio da República, é a emergência, “no quadro estamental e hierárquico, comunitariamente seletiva e progressivamente fechada, a sociedade de classes” (p. 453) — afirmativa que coloca o difícil problema do fim e da origem de um período, tão caro a historiadores. O autor aponta que “o degelo da década de 60, que atinge a forma de avalanche no fim de 80, tem necessário caráter antiestamental e antiburocrático” (p. 467).

Com a República, “o estamento se romperá, recuando ao segundo plano, dispersado mas não extinto”. Para ocupar o seu lugar, há “o comando dos grandes Estados, ou de um grande Estado” (p. 467), na forma federal que se institucionaliza. Com a República, “o estamento estava partido, com a supremacia do setor militar” (p. 480). Ou, “não havia mais lugar para o quadro patrimonial-estamental, rompidos seus pressupostos econômicos e destruídos os elos de seu prestígio social” (p. 521) — o que na verdade só se verifica no primeiro governo da República, pois esses pressupostos e prestígio voltam com o governo civil, em 1894, sem que o autor afirme a volta do velho estamento, que considera afastado (p. 526). O poder público continua a atuar, sobretudo depois de 1906, mas não se fala no estamento burocrático. A sociedade da época da “política dos governadores” pouco lhe concede. Só “a força armada guardará sua identidade, a estrutura estamental, superior às contendas, fiel às tradições” (p. 542). O autor vê o militar atuante e responsável, “sem fechar-se numa casta e sem estruturar-se numa classe” (p. 543). Na República, “o velho estamento imperial se dissolve num elitismo de cúpula, regredindo a estrutura patrimonialista para o âmbito local, local no sentido de entrelaçamento de

interesses estaduais e municipais” (p. 562). O federalismo, ainda que falseado, opõe-se “ao sistema patrimonial, a cuja sombra medraria o estamento, reduzido às forças armadas, paralisadas pelos controles dispersivos das milícias estaduais” (p. 581).

Assim é a primeira República, que acaba em 1930, “desembocando no retorno do estamento, gerado na combinação econômica nascente, sempre patrimonialista na casca mercantilista” (p. 602). Se ela, “agrária e federal, arredara da cúpula a teia estamental” (p. 614), o privatismo dos coronéis quebrara “a armadura estamental de tendência burocrática, do Império” (p. 631). Ressurge “um sistema estamental, com a reorganização da estrutura patrimonialista” (p. 697). Vitoriosa a Revolução, a nova ordem chega ao Estado Novo, em que o estamento burocrático, antes varrido, atinge alto vigor. É o princípio do planejamento econômico, que gera a figura do tecnocrata, que irá em ritmo cada vez mais triunfante, como se nota no período posterior, já fora da análise do livro. Na conclusão, na “viagem redonda do patrimonialismo ao estamento”, de D. João I a Getúlio Vargas, mostra-se o que foi a trajetória, em que “o estamento burocrático comanda o ramo civil e militar da administração e, dessa base, com aparelhamento próprio, invade e dirige a esfera econômica, política e financeira (p. 758).

Em período recente, fora do considerado, é que o estamento burocrático mais se afirma. No Brasil atual, quando, o Estado é tudo, há um grupo que detém o poder e o faz com tanta coerência e sagacidade que é difícil identificá-lo. O próprio presidente da República deve segui-lo, sem o que é afastado ou obstado na ação, como se viu algumas vezes desde 1964. Essa força superior e que não se revela é o principal segredo da manutenção do atual esquema. O caso seria de estamento burocrático ou estamento governamental?

É interessante seguir a linha do raciocínio exposto. A insistência no estamento burocrático pode ter sua razão, mas nem sempre é esclarecida. O que é mais digno de nota é que a interpretação que daí resulta é às vezes frouxa. Dizer que o estamento burocrático é que conta pode colocar ao leitor uma pergunta: quem o constitui, quais as pessoas que o configuram? Se o livro pretende analisar os donos do poder e a formação do patronato político, poder-se-ia afirmar em síntese que o poder é conduzido pelo estamento burocrático. O que não é dizer muito, pois cabia dizer quem é ele, quem o constitui. O autor lembra mais de uma vez a afirmativa de Silveira Martins de que “o poder é o poder” (p. 202, 391), o que é pouco como explicação. Concluir que o poder pertence ao estamento burocrático exige algo mais para esclarecimento do processo, com o apontamento de quem ascende e comanda, a sua extração e conduta, em diferentes níveis. Essa análise ou prova não é feita por Faoro, que lhe falta a informação indispensável. Ele faz livro importante de História,

como fixação do sentido de uma política, pela leitura crítica de quanto se publicou como pesquisa de historiadores. Não fez a pesquisa que o tema requeria e à qual os especialistas de História ainda não se dedicaram. É um cientista político que faz História, não um homem de arquivo a levantar o quadro da política de alguns séculos. O trabalho imenso, que se espera ainda, requer a colaboração de muitos grupos. Depois de realizado é que síntese interpretativa, como é feita aqui, terá consistência, sem ser contestada ou posta em dúvida.

Exemplo de esforço como o que se requer é a recente tese do professor da Universidade Federal de Minas Gerais José Murilo de Carvalho, ainda não editada, **Elite and State-Building in Imperial Brazil** (Stanford, 1974), em que se faz o levantamento exaustivo, embora não completo, do quadro de ministros, senadores, Conselheiros de Estado, deputados, de 1826 a 1886, com o local de nascimento, ocupação da autoridade e sua família, tipo de educação, local de estudo, de modo a dizer quem é quem na política. Para concluir de modo abrangente, no entanto, falta considerar os presidentes de Províncias, as principais autoridades administrativas. A pesquisa é modelo a ser seguido, com novos aprofundamentos para o Império e a República. Para a Colônia apresenta dificuldades maiores, senão insuperáveis. Quando a bibliografia contar com algumas obras do gênero é que livros como **Os Donos do Poder** passarão a ter validade incontestável, deixando de ser idéia brilhante e bem formulada e conduzida para ser a demonstração de uma realidade. A tarefa compete aos historiadores. Raymundo Faoro já conseguiu muito: o possível com a informação de que dispõe.

Assinale-se, por último, que é enriquecedor o uso da categoria estamento, pois revela a preocupação com o quadro social e objetiva rigor que não se conhecia: falava-se em classe, de modo vago; dava-se importância desmedida aos proprietários, quando se tem agora o realce de comerciantes, financistas, burocratas. É um revisionismo que coloca problema básico, com instrumento teórico moderno e que abre discussão que dará profundidade à pálida historiografia oficial.

OUTROS ASPECTOS

Se as idéias de onipotência e onipresença do Estado e estamento burocrático são essenciais, o livro apresenta mais material digno de nota, por uma revisão de teses da historiografia tradicional ou mesmo colocações novas. Não vamos examiná-las, que a resenha já está longa. Lembrem-se apenas, entre outras:

1. No estudo dos partidos políticos do Império, há a afirmativa de que eles tinham fisionomia própria — o que era em geral negado — e a caracterização feita para o Liberal e o Conservador é diversa da estabelecida. A comum é que os conservadores representam os interesses da propriedade territorial, enquanto os liberais os interesses urbanos de comerciantes e das chamadas profissões liberais. Sem referir essas colocações, Faoro as inverte, atribuindo aos conservadores os interesses urbanos e aos liberais os da propriedade da terra, em bem desenvolvida análise (p. 341/2). O que há de melhor sobre o assunto é a tese de José Murilo de Carvalho, citada, ou seu artigo “Composição Social dos Partidos Políticos Imperiais” (*Cadernos do Departamento de Ciência Política* N.º 2, Dezembro 1974, p. 1/34).

2. O parlamentarismo brasileiro é enquadrado na tradição francesa mais que na britânica (embora tivesse aí inspiração e modelo — p. 321, a prática o aproxima antes da francesa — p. 344), o que não é a tese comum e não era o que se pensava na época, quando o quadro era visto como réplica vitoriana.

3. Na análise do Império e da República não há o acento de louvação daquela fase. Quase todos os autores revelam certo saudosismo da monarquia, explícito em uns, inconsciente em outros, como se poderia exemplificar até em historiadores marxistas: a aparente ordem do Segundo Reinado, superficialmente considerada, é vista, em oposição às dificuldades da República nascente, como forma superior, Faoro é objetivo e não se deixa desencaminhar; com o julgamento seguro na denúncia do país “entorpecido na rotina de cinquenta anos de marasmo” (p. 462), “no mito da harmonia imperial” (p. 669) ou em uma visão “enganadoramente monumental no quadro estilizado” (p. 341). Como todo autêntico entendedor do processo histórico, liga-se ao presente e sua obra tem acentos de denúncias que apontam ação enérgica para os responsáveis pelo futuro.

4. O que diz sobre a desagregação da monarquia e a propaganda republicana é de ótima qualidade e contém enfoques originais (Capítulo XII). O papel do abolicionismo e das questões militares tem tratamento enriquecedor dos temas. Destaque-se o exame da tese do abolicionismo como gerador de ressentimento e da aceitação da República, posta em dúvida (p. 456-8). É sutil o que evidencia nas comparações entre as Províncias de São Paulo, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro.

5. Há alguns enfoques que nos parecem equívocos. Dois deles em torno de Getúlio Vargas, como ao falar na “raiz liberal da formação do ditador” (p. 693) ou que o homem desaparece em 1954, mas “o estadista havia morri-

do em 1945, exausto o tempo político que o animara, nem sempre fiel ao tempo cronológico” (p. 708). As duas versões são discutíveis. Se no caso há modos de ver diversos, há alguns enganos menores, de datas, que debitamos à revisão, ou de aproveitamento acrítico de textos de obras conhecidas (como *Evolução Industrial do Brasil*, de Roberto Simonsen — (p. 508) — que interpreta indevidamente o censo de 1920).

6. Denuncia-se a ausência do povo. Tudo é feito sem ele, ou mesmo contra ele, pelos grupos dominantes: “Uma ficção, o povo” (p. 202); algo distante, parte que não atua no processo que o manipula. Ao longo do escrito o povo é referido, mas seus movimentos de organização ou contestação ficam sem estudo — é que se cogita do “patronato político” e o povo é usado pelo Estado, mas não é o Estado quem faz parte do estamento burocrático. O que se deve destacar aqui é que ele é ausente mesmo em volumes com títulos como *Evolução, Formação ou História do Povo Brasileiro*. Para a quase totalidade dos cientistas sociais, como para os políticos, o povo é mais uma palavra que se usa por interesse que um fato.

7. Quanto à estrutura, o livro é belo e bem construído. A língua é sóbria, correta, revelando em algumas passagens formação literária de quem é escritor desde jovem. Há certas metáforas audaciosas, como a insistência na dissimulação e na túnica (p. 387, 391, 447 e 748), de sabor machadiano. É visível a superioridade estilística do texto atual relativamente ao de 1958.

O TEXTO DE 1975

Como se escreveu, o livro tinha 271 páginas na primeira edição, enquanto agora tem 750. Triplicou-se, pois. Se foi grandemente ampliado, não se pode dizer que se trata de obra nova, uma vez que suas idéias básicas são as mesmas, como é idêntica a estrutura da composição, como se reconhece no prefácio: “a tese deste ensaio é a mesma de 1958, íntegra nas linhas fundamentais invulnerável a treze anos de dúvidas e meditação” (p. XIII). Se é tanto ampliado, é que se enriqueceu com mais exemplos e explicitações. O estudo ganhou em extensão, mas não no mesmo grau em profundidade.

Poder-se-ia questionar o destino que o autor deu a seu trabalho. Entrando em pormenores sobre todos os aspectos, terá escrito centenas de páginas a mais. É por vezes digressivo, perdendo-se no factual consabido, como nos capítulos sobre a República Velha (XIII e XIV), que são os mais longos (80 e 82 páginas). Como é síntese interpretativa, não análise à maneira convencional, pode-se duvidar da eficácia do processo. Ninguém o consultará para saber como eram as eleições, as atividades econômicas e a vida administrativa, assuntos

que se encontram em outros, até com mais desenvolvimento. Sua riqueza está na interpretação. O propósito de rever o texto, altamente meritório, talvez fosse de mais valia se explicitasse melhor o que é estamento burocrático — conceito ainda fluido — e suas manifestações no Brasil, de modo a ser mais convincente para o leitor. Ou se desenvolvesse a parte da República, pouco considerada antes: ele o fez, com mais largueza que rigor, com a mesma busca de pormenor que se encontra para os períodos anteriores.

A fonte mais comum foi Max Weber, que deu o instrumental. A crítica ao texto de 1958 destacou essa nota, Faoro terá sido o cientista que mais usou o aparelho conceitual weberiano. Em 1975 Faoro diz que “o livro não segue apesar de seu próximo parentesco, a linha de pensamento de Max Weber” (p. XIII). Não vamos discutir a afirmativa. Consigne-se apenas que em 1958 Marx não era citado (falou-se em escola marxista, com a citação de Engels mais de uma vez — p. 262, como Lenine, Trotsky e stalinismo — p. 262, 66 e 63), enquanto aqui seu nome e de outros autores aparecem inúmeras vezes. Ora, é difícil imaginar que o apelo à grandiosa construção marxista não altere uma análise. Entretanto, ela é a mesma no fundamental e o próprio autor diz que “para o esquema deste livro, a discussão marxista tem valor secundário, dados os pressupostos de outra índole e origem que o fundamentam” (p. 237). O fato é estranhiável, convenha-se.

O procedimento de reelaboração é legítimo e presta serviço à bibliografia. Como leitores, no entanto, seja-nos permitida a observação de que o texto pode ter perdido um pouco de sua força em volume tão amplo. Os livros eminentemente interpretativos ganham com a concisão, não com a prova exaustiva (não terá sido o autor levado pelo hábito profissional de advogado, que arrola quanto pode como prova, com fatos e nomes?). **Os Donos do Poder** terá agora menos leitores, que pouco se lê neste país e mesmo os professores e estudiosos têm certo horror às publicações volumosas. O texto nada perdeu, é claro, com a abundância informativa. Como livro, no entanto, sua garra passa a ser menor, que as interpretações em grandes linhas sempre lucram com a economia expositiva. O que se ganha com a erudição perde-se em impacto. A razão do critério usado deve estar na generosidade do escritor, que deseja oferecer a seu público todo material para ser entendido, pela desconfiança correta de que não existe o devido conhecimento da base factual, das minudências do processo. Desconfiança e generosidade explicam o desdobramento do texto, que de ensaio interpretativo passa a análise histórica circunstanciada. Se fazemos a observação é pelo interesse por obra que se inscreve entre as básicas para a compreensão do Brasil, confirmando mais uma vez que as grandes contribuições para a nossa historiografia são dadas por cientistas sociais não profissionalmente historiadores: no caso, um advogado que cultiva a Ciência Política.